Equidade e mudanças climáticas

Fairness and Climate Change

Peter Singer[1]
Teng Fei[2]

[1] Peter Singer is Professor of Bioethicsat Princeton University and Laureate Professor at the University of Melbourne.
[2] Teng Fei, professor at the Institute of Energy, Environment, and Economy, Tsinghua University, is a lead author of the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.

March 22th 2016

Copyright Peter Singer. Peter Singer's articles regularly appear in Brazil in O Estado de São Paulo, courtesy of Project Syndicate (www.project-syndicate.org).
This article is a translation by Ivan Fortunato, Ph.D., of "Fairness and Climate Change" which first appeared in Project Syndicate, in 2013.

Acknowledgments for Damen Dowse who handled the translation agreement.

Copyright Peter Singer. Os artigos de Peter Singer são frequentemente publicados no Brasil no jornal O Estado de São Paulo, courtesia doProject Syndicate (www.project-syndicate.org). Este artigo foi traduzido pelo Prof. Dr. Ivan Fortunato. O original "Fairness and Climate Change," foi originalmente publicado no Project Syndicate, em 2013.

Agradecimentos a Damen Dowse que intermediou a autorização da tradução.

Um senso de equidade é universal entre os humanos, mas as pessoas, muitas vezes, divergem sobre o tipo de justiça exigido em determinada situação. Em nenhum lugar isso é mais aparente do que no debate sobre a necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), a fim de evitar alterações climáticas perigosas.

China e os Estados Unidos são os dois maiores emissores de GEE, e parece improvável que qualquer acordo global para reduzir as emissões será eficaz sem a participação de ambos. No entanto, nas negociações internacionais sobre o clima, suas opiniões sobre o que cada país deve fazer parecem estar distantes.

Como professores interessados na questão da mudança climática – um de uma das principais universidades da China, outro de uma das mais importantes universidades nos EUA – pensamos que seria interessante ver se seria possível chegar a acordo sobre um princípio justo para regular as emissões de GEE.

Decidimos usar o coeficiente de Gini, uma medida comum de desigualdade de renda, para medir a desigualdade nas emissões de carbono. O coeficiente de Gini menor possível é 0, o que indica que todos têm exatamente o mesmo rendimento; o coeficiente mais alto possível é 1, o que indica que uma única pessoa tem toda a renda e ninguém mais tem qualquer renda sequer. Naturalmente, todas as sociedades existentes estão em algum lugar entre esses dois extremos, com os países relativamente igualitários como a Dinamarca em torno de 0,25, e os países menos igualitários, como os EUA e a Turquia mais perto de 0,4.

Diferentes princípios de equidade irão gerar distribuições de emissão diferentes para cada população e diferentes "coeficientes Gini de carbono". Ao utilizar o período de tempo 1850-2050 para calcular o coeficiente Gini de carbono, podemos analisar o princípio da responsabilidade histórica, defendida

por países como a China, a Índia e o Brasil, que leva em conta passado emissões que tiveram um impacto sobre a atmosfera.

Selecionamos três métodos amplamente discutidos de atribuição de quotas de emissão de GEE para diferentes países:

A abordagem de igualdade per capita dos direitos de emissão aloca direitos de emissão para os países em proporção à sua população, mas apenas para a parte restante do "orçamento de carbono global" – isto é, para a quantidade que ainda pode ser emitida, entre agora e 2050, sem causar alterações climáticas perigosas e irreversíveis. (Este limite é normalmente referido como um aumento de 2° C na temperatura global).

A abordagem de emissão cumulativa igualitária per capita procura a igualdade ao longo do tempo. Assim, ela combina responsabilidade pelas emissões passadas e direitos iguais per capita. Ela aloca uma parte igual do orçamento de carbono global, tendo em conta a parte que já foi consumida.

A abordagem "*grandfathering*" aborda direitos de emissão sobre padrões pré-existentes. Este esquema tornou-se a abordagem *de facto* aplicada aos países desenvolvidos no Protocolo de Kyoto, que os obriga a reduzir as emissões, em relação aos seus níveis de 1990. Assim, os países que emitiram mais em 1990 têm o direito de emitir mais no futuro do que os países que emitiam menos em 1990.

A segunda abordagem – emissão cumulativa per capita igualitária – é, por definição, uma maneira de produzir perfeita igualdade entre todos os países pela contribuição que fizeram, ao longo do tempo, à mudança climática. Isso leva, assim, a um coeficiente Gini de carbono de 0. A primeira abordagem – emissão cumulativa igualitária per capita – resulta em um coeficiente Gini de carbono de 0,4 (aproximado).

A diferença mostra que a disputa entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre o princípio da responsabilidade histórica responde por cerca de 40% das emissões globais de GEE que podem ocorrer entre 1850 e

2050, sem ultrapassar o orçamento de carbono. A abordagem prevalecente – grandfathering – leva ao maior coeficiente Gini de carbono: 0,7 (aproximado).

Esses coeficientes Gini amplamente diferentes indicam que o mundo carece de um entendimento comum do que seria uma abordagem justa para enfrentar a mudança climática global. Sucesso nas negociações internacionais vai depender de como as partes envolvidas – e os cidadãos que representam – irão considerar alguns princípios de vitais equidade, especialmente responsabilidade histórica e de igualdade de direitos per capita.

Nas negociações feitas até agora, já está claro que as preocupações de equidade em longo prazo não estão sendo adequadamente tratadas. Pois, como o princípio *de facto* da abordagem *grandfathering* adquirido está incluído, o nosso coeficiente Gini indica que até 70% do orçamento global do carbono ainda está em disputa entre países ricos e pobres.

Se for muito difícil chegar a um acordo sobre um princípio fundamental de equidade, então um acordo no qual alguns coeficientes Gini são simplesmente muito difíceis de serem justos poderia formar a base de um consenso mínimo. Por exemplo, podemos comparar o coeficiente Gini do *grandfathering* de 0,7 com o coeficiente Gini dos EUA, que a maioria das pessoas consideram como altamente desigual, e ainda assim é muito menor: por volts de 0,38.

Por outro lado, emissões anuais iguais per capita se baseiam em um princípio de que, pelo menos, pode ser considerado justo, e tem um coeficiente Gini inferior a 0,4. Propomos, portanto, que qualquer solução justa deve ter um coeficiente Gini de carbono entre 0,0 e 0,4. Embora a escolha de um número preciso seja um pouco arbitrária, este "intervalo razoável" deve estabelecer os limites para aqueles comprometidos com uma solução equitativa para o problema das alterações climáticas.